

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	10
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	11
2.5 Medições não contábeis	12
2.6 Eventos subsequentes as DFs	13
2.7 Destinação de resultados	14
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	17
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	18
2.10 Planos de negócios	19
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	21
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	22
5.2 Descrição dos controles internos	28
5.3 Programa de integridade	30
5.4 Alterações significativas	35
5.5 Outras informações relevantes	36

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em atividades de: (i) locação de salas comerciais e (ii) transporte hidroviário de cargas no Rio Grande do Sul, o qual representa aproximadamente 99,4% do faturamento líquido consolidado em 31 de dezembro de 2022.

A controlada Navegação Aliança, iniciou em 2013 o transporte de celulose e clínquer, cargas que contribuíram para reduzir a sazonalidade da operação bem como reduzir a dependência do agronegócio (fertilizantes e soja). Em janeiro de 2015 renovou o contrato para transporte de celulose contemplando o volume decorrente da ampliação da fábrica em Guaíba-RS, com início em maio de 2015. A partir do quarto trimestre de 2016 iniciou o transporte de madeira de Pelotas-RS para Guaíba-RS. Em 2018 retomou o transporte de carga geral em containers entre Triunfo – RS e Rio Grande. Em 2022 descontinuou o container, realocando a embarcação para operação com melhor margem.

A Navegação Aliança opera com a seguinte frota própria: quatorze navios autopropulsados, três empurradores e sete chatas. A frota afretada é composta de uma chata.

b. estrutura de capital:

Estrutura do capital expressa em R\$ mil:

	2022	%
Endividamento Financeiro Total	49.060	31,57
Patrimônio Líquido	106.327	68,43

O endividamento financeiro total compreende as dívidas de curto e longo prazo, das quais destacamos:

1. Badesul e BRDE em virtude de investimentos realizados em duas embarcações da controlada Navegação Aliança.
2. Banco BNDES através de um empréstimo de capital de giro de longo prazo.
3. Provisão para contingência contempla: provisões trabalhistas da Companhia, da controlada Navegação Aliança. Na controladora as provisões trabalhistas e cíveis decorrem principalmente da ex-controlada Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda.
4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido foi calculado sobre propriedade de investimento.
5. Impostos a pagar referem-se ao REFIS da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

6. Dividendos propostos pela Companhia.

c. *capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

Os compromissos financeiros de curto prazo assumidos pela Companhia representam em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 25.972 mil. A administração entende que a sua geração de caixa está compatível e adequada para fazer frente a estes compromissos.

O quadro a seguir apresenta a evolução da geração de caixa consolidada da atividade operacional nos últimos anos, expresso em R\$ mil:

2022	2021	2020
34.057	39.724	27.518

As dívidas bancárias totais, incluindo os encargos futuros até o vencimento final, serão amortizadas da seguinte forma: R\$ 6,1 milhões em 2023 e R\$ 3,3 milhões de 2024 a 2025.

d. *fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes uti lizadas*

A Companhia e sua controlada dispõem de limites de crédito para capital de giro compatível com as suas necessidades junto às instituições financeiras. Estes limites são utilizados, eventualmente, para suprir necessidades de caixa em decorrência da sazonalidade dos negócios.

No caso de construção de novas embarcações a Companhia vem utilizando recursos do Fundo da Marinha Mercante repassados pelo BNDES e pelo Badesul, Finame/BNDES repassados pelo Badesul e BRDE, conforme quadro abaixo:

Embarcação	Linha/Recursos	Instituição
João Mallmann	Finame PSI	Badesul
Juan Rassmuss	Finame PSI	BRDE

e. *fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Caso a Companhia venha a enfrentar deficiências de liquidez, a Administração pretende utilizar suas linhas de crédito disponíveis junto a bancos comerciais e/ou agências de fomento para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. *níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*

O quadro a seguir apresenta a estrutura financeira líquida da Companhia em R\$ mil:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento Financeiro	2022
Circulante:	
Financiamentos bancários	5.836
Não Circulante:	
Financiamentos bancários	3.182
Total	9.018
Caixa e equivalente de caixa	(13.315)
Dívida Líquida	(4.297)
Patrimônio Líquido	106.327
Estrutura de capital (%):	
Patrimônio Líquido	104,2
Endividamento Financeiro Líquido	(4,2)

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo dos principais empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022, foram obtidos junto ao BNDES R\$ 1.955 mil, Badesul R\$ 943 mil, BRDE R\$ 6.120 mil perfazendo o total de R\$ 9.018 mil.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os administradores informam que, exceto os empréstimos e financiamentos já relatados, não existem outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A dívida com o Badesul apresenta garantia real da embarcação denominada João Mallmann.

O financiamento com o BRDE para construção da embarcação Juan Rassmuss, possui propriedade fiduciária da embarcação.

O empréstimo de capital de giro com o BNDES tem como garantia a hipoteca da embarcação Frederico Madörin.

Todos os financiamentos bancários da controlada Navegação Aliança Ltda contam com aval da Companhia.

Por ocasião da adesão ao REFIS a Companhia ofereceu em garantia real a imóvel sede da Companhia localizado em Porto Alegre, RS.

As demais dívidas não possuem garantia real.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O contrato de capital de giro com o BNDES tem uma cláusula que restringe o pagamento de dividendos, conforme abaixo:

Não distribuir dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício, sem observar as seguintes restrições: (i) durante o período de carência de pagamento de principal e/ou juros, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais consolidados e auditados; (ii) durante o período de amortização, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados aos seguintes percentuais do lucro líquido ajustado, apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais consolidados e auditados: (a) 25% (vinte e cinco por cento), se a relação Dívida Líquida/EBITDA for maior ou igual a 3,5 ou (b) 50% (cinquenta por cento), se a relação Dívida Líquida/EBITDA for inferior a 3,5 e (iii) manter na conta “reserva de lucro” nas demonstrações contábeis consolidadas, no mínimo, R\$ 35.000 mil, salvo anuência prévia pelo BNDES, ou destinação desses valores para a conta “capital social” ou absorção de prejuízos.

A Companhia e sua controlada declaram que em 31 de dezembro de 2022 as obrigações contratuais acima estão integralmente cumpridas.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração de Resultado

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações de resultados consolidado (Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH 2022 x 2021
Receita operacional líquida (ROL)	137.595	100,00%	131.313	100,00%	4,78%
Custo dos serviços prestados	(99.281)	-72,15%	(89.835)	-68,41%	10,51%
Lucro bruto	38.314	27,85%	41.478	31,59%	-7,63%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de administração	(18.069)	-13,13%	(16.052)	-12,22%	12,57%
Outras receitas (despesas) operacionais	(596)	-0,43%	(602)	-0,46%	-1,00%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos	19.649	14,28%	24.824	18,90%	-20,85%
Receitas financeiras	2.052	1,49%	1.285	0,98%	59,69%
Despesas financeiras	(1.536)	-1,12%	(2.403)	-1,83%	-36,08%
Resultado financeiro líquido	516	0,38%	(1.118)	-0,85%	-146,15%
Resultado antes dos impostos	20.165	14,66%	23.706	18,05%	-14,94%
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	(8.656)	-6,29%	(8.322)	-6,34%	4,01%
Diferido	(296)	-0,22%	509	0,39%	-158,15%
Lucro líquido antes da participação dos empregados	11.213	8,15%	15.893	12,10%	-29,45%
Participação dos empregados	1	0,00%	(1.126)	-0,86%	-100,09%
Lucro líquido das operações continuadas	11.214	8,15%	14.767	11,25%	-24,06%
Operações descontinuadas					
Lucro líquido de operações descontinuadas	13	0,01%	(379)	-0,29%	-103,43%
				0,00%	
Lucro líquido do exercício	11.227	8,16%	14.388	10,96%	-21,97%
Atribuído aos controladores	11.227	8,16%	14.388	10,96%	-21,97%

Receita operacional líquida

O aumento no ROL de 4,8% ocorreu em função do reajuste nas tarifas, conforme previsto em contrato com os nossos clientes. Embora o volume transportado tenha reduzido 8,7%, o repasse da variação dos combustíveis nas tarifas resultou no acréscimo do ROL.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A redução no volume transportado decorreu principalmente da quebra da safra de soja no Rio Grande do Sul, por razões climáticas. Outro fator foi a descontinuidade da operação do transporte de carga geral em container. A embarcação deste trajeto foi realocada em outro com melhor margem.

Custos dos serviços prestados

O aumento no custo dos serviços prestados de 10,5% decorreu da significativa majoração no preço dos combustíveis, apesar da redução do volume transportado.

Além dos combustíveis tivemos outros aumentos de custos que acompanharam a inflação, tal como o reajuste de salários (INPC).

Despesas administrativas

O aumento nas despesas administrativas de 12,6% decorreu, principalmente, pela atualização da provisão ambiental, no valor de R\$ 2.400 mil, relativa à unidade na Bahia da ex-controlada da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro positivo de R\$ 516 mil ocorreu devido ao baixo endividamento bancário da Companhia. Além disso, a controlada Navegação Aliança possui financiamentos do Fime PSI com taxas pré-fixadas de 3,0% e 4,5% ao ano.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia reduziu 21,9% como resultado do menor volume transportado pela Navegação Aliança, combinado com o aumento de custos operacionais e de provisões.

Demonstração do fluxo de Caixa

A seguir apresentamos os fatores que afetaram os principais componentes do fluxo de caixa:

Demonstrações do fluxo de caixa (Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021	AH
Fluxo de caixa das atividades operacionais	34.057	39.724	-14,27%
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(21.623)	(35.178)	-38,53%
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(8.929)	(13.302)	-32,87%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi impactado negativamente pela redução do volume transportado pela Navegação Aliança decorrente da quebra de safra de soja por razões climáticas.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

Periodicamente, a controlada Navegação Aliança realiza manutenções preventivas nas embarcações (docagens). No ano de 2021 foi investido R\$ 12.339 mil e no ano 2022 foi investido R\$ 15.311 mil. Em 2021 a Navegação Aliança adquiriu um comboio composto de quatro barcas e um empurrador no valor de R\$ 7.879 mil.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O endividamento bancário da Navegação Aliança, relativo ao financiamento de duas embarcações (João Mallmann e Juan Rassmuss), encontra-se em fase final de amortização (04/2023 e 01/2025, respectivamente) com a consequente diminuição do valor das prestações. Além disto, a Companhia não vem tomando novos empréstimos bancários.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A controlada Navegação Aliança atua no transporte dos seguintes produtos: celulose, fertilizante, soja, trigo, madeira, carvão e clínquer. Os volumes transportados em 2022 foram 4.085 mil toneladas, em 2021 foram 4.476 mil toneladas e em 2020 foram 3.997 mil toneladas.

O volume transportado em 2020 foi 7,1% inferior ao realizado no ano anterior. O que impactou esse desempenho foi a quebra de safra decorrente da forte estiagem no Rio Grande do Sul, causando perdas da colheita de várias culturas, especialmente soja. O volume transportado em 2021, foi 12,0 % maior que o realizado em 2020, decorrente do maior volume de madeira, soja, trigo e clínquer. O volume transportado em 2022, foi 8,7% inferior ao realizado no ano anterior. A redução decorreu basicamente da quebra de safra de soja no Rio Grande do Sul por razões climáticas e da descontinuidade do transporte de carga geral em containers. A embarcação que realizava este serviço foi realocada para operação com melhor margem.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia e suas controladas vem cumprindo os seus contratos com regularidade e sempre buscando melhorias nos processos.

Nos três últimos anos, dois (2020 e 2022) tiveram impacto negativo do clima na produção de soja no Rio Grande do Sul. Outro fator que impactou o resultado operacional foi o significativo aumento nos preços dos combustíveis.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia e sua controlada não possuem contratos de prestação de serviços em moeda estrangeira. A controlada Navegação Aliança possui uma política de reajuste de preços com base em acordo, convenção coletiva ou dissídio da categoria, variação do preço do combustível e índice de inflação, normalmente o IPCA-IBGE.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.2 Resultados operacional e financeiro

	2022	2021	2020
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	19.649	24.824	13.435
Resultado financeiro	516	(1.118)	(1.707)

Em 2020 o resultado operacional foi impactado negativamente pela quebra da safra de soja, por razões climáticas.

Em 2021 o resultado operacional melhorou em decorrência do maior volume transportado.

Em 2022 novamente os fatores climáticos impactaram a operação pelo menor volume de soja transportado. Outro fator que impactou o resultado operacional foi a descontinuidade do transporte de containers com a realocação da embarcação em uma operação com melhor margem.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira. O financiamento das embarcações João Mallmann e Juan Rassmuss, tem custo financeiro pré-fixado de 3% a.a. e 4,5% a.a. respectivamente. O contrato de capital de giro com o BNDES está indexado a TLP.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2*

Em 2020, 2021 e 2022 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor*

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, dos anos de 2020, 2021 e 2022 foram emitidos sem ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A administração informa que não houve alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A administração informa que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

A administração informa que não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda)

A Companhia informa que não divulga medições não contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia informa que não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que motivassem ajuste às demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenções de lucros

A destinação do resultado está conforme artigo 27 do Estatuto Social:

Do lucro líquido resultante, 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado pelas importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reservas de lucros a realizar, e respectivas reversões nos termos da lei, se for o caso, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por proposta dos órgãos da administração.

a.i. - Valores das Retenções de Lucros

	Em R\$ mil
	31/12/2022
Lucro líquido exercício	11.227
Reversão dividendos	6
Reversão reservas	1.196
Lucro líquido ajustado	12.429
<u>Destinação lucro líquido</u>	
Reserva legal	569
Dividendos obrigatórios	2.965
Reserva de investimento	8.895
Total	12.429

2.7 Destinação de resultados

a.ii - Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	Em R\$ mil
	31/12/2022
Lucro líquido ajustado	11.860
Lucro líquido retido Total	8.895
Patrimônio líquido	106.327
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25%
Taxa de retorno em relação ao PL (%)	10,704%
Reserva legal em relação lucro líquido exercício (%)	5%
Reserva investimentos em relação lucro líquido ajustado (%)	75%

b. Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 27, determina a distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 25%, nos termos da legislação aplicável.

Conforme artigo 28 do Estatuto Social, os órgãos de administração poderão declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, bem como dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A previsão no artigo 31, do Estatuto Social é que os dividendos não reclamados ficam depositados na sociedade, sem qualquer atualização e reverterem, após o prazo de três (3) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, para o patrimônio social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade de distribuição de dividendos é anual, sendo que a Administração da Companhia pode apurar balanços semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, assim determinado no artigo 28 do Estatuto Social.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O contrato de capital de giro com o BNDES tem uma cláusula que restringe o pagamento de dividendos, conforme abaixo:

2.7 Destinação de resultados

Não distribuir dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício, sem observar as seguintes restrições: (i) durante o período de carência de pagamento de principal e/ou juros, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais consolidados e auditados; (ii) durante o período de amortização, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados aos seguintes percentuais do lucro líquido ajustado, apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais consolidados e auditados: (a) 25% (vinte e cinco por cento), se a relação Dívida Líquida/EBITDA for maior ou igual a 3,5 ou (b) 50% (cinquenta por cento), se a relação Dívida Líquida/EBITDA for inferior a 3,5 e (iii) manter na conta “reserva de lucro” nas demonstrações contábeis consolidadas, no mínimo, R\$ 35.000 mil, salvo anuência prévia pelo BNDES, ou destinação desses valores para a conta “capital social” ou absorção de prejuízos.

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A política da destinação de resultados da Companhia está estabelecida nos artigos 26º a 28º do estatuto social e transcritos a seguir:

Art. 26º - Do resultado do exercício, após a dedução do imposto de renda, da contribuição social e dos prejuízos acumulados, se houver, será destacada uma participação aos administradores, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

Art. 27º - Do lucro líquido resultante, 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado pelas importâncias destinadas à formação de reservas para contingências, reservas de lucros a realizar, e respectivas reversões nos termos da lei, se for o caso, 25% (vinte e cinco por cento) será atribuído aos acionistas, como dividendo mínimo obrigatório, sendo que às ações preferenciais caberá mais 10% (dez por cento) sobre o lucro distribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente será utilizado (i) na formação de reservas para investimentos e/ou capital de giro, a qual, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, ou (ii) terá a destinação que a Assembleia Geral deliberar por proposta dos órgãos da administração.

Art. 28º - Os órgãos de administração poderão declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, bem como dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, os órgãos de administração poderão autorizar, "ad referendum" da assembleia, participação proporcional aos administradores.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*

A administração informa que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

A administração informa que não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- iii. contratos de construção não terminada*

A administração informa que não existem contratos de construção não terminada que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A administração informa que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia direta ou indiretamente.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis*

A administração informa que não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações contábeis.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações contábeis indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

b. natureza e o propósito da operação

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A administração informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia direta ou indiretamente.

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A controlada Navegação Aliança vem investindo na manutenção das embarcações, conforme plano de manutenções preventivas (docagens), seguindo os prazos estabelecidos pela autoridade marítima. Em 2022 o valor investido foi de R\$ 15.311 mil, em 2021 o valor investido foi de R\$ 12.339 mil e em 2020 o valor investido foi de R\$ 383 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O quadro a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia:

Fonte	2022	2021	2020
Badesul NM João Mallmann	943	3.774	6.604
BRDE NM Juan Rassmuss	6.120	9.058	11.995
Total	7.063	12.832	18.599

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia informa que no período de 2020, 2021 e 2022 não houve desinvestimentos relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A controlada Navegação Aliança adquiriu um empurrador e quatro barcaças, com capacidade total de 7,2 mil toneladas. O financiamento do BNDES relativo a esta aquisição foi integralmente quitado em dezembro de 2021. Este conjunto já estava com a empresa na condição de afretado e vem sendo utilizado no transporte de grãos sólidos (fertilizantes e soja).

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas e andamento já divulgados

A administração informa que não há pesquisas em andamento referente novos produtos e serviços.

2.10 Planos de negócios

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A administração informa que não realizou nenhum desembolso a título de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A administração informa que não possui nenhum outro projeto em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A administração informa que não realizou nenhum desembolso a título de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A Companhia divulgou ao mercado o Relatório de Sustentabilidade 2022. O relatório aborda em detalhes as ações implementadas, dentre as quais destacamos:

- Contratação de Consultoria Externa em ESG;
- Elaboração de Política de Compliance e Integridade;
- Revisão de Código de Ética e Conduta;
- Criação de Comitê de Ética;
- Criação de Comitê de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios;
- Elaboração de Matriz de Materialidade;
- Elaboração de Inventário de Gases do Efeito Estufa ano base 2021;
- Definição de Principais Riscos – ESG.

A principal fonte de emissão de GEE são os motores das embarcações. Quanto a isso a empresa está atenta a novas tecnologias disponíveis no mercado para adequação da frota.

A Companhia instalou 148 painéis solares no prédio sede em Porto Alegre, contribuindo, desta forma, com a geração de energia limpa nas suas instalações.

Outras ações e iniciativas ASG estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2022 da Trevisa Investimentos S. A.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A administração informa que todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional já foram mencionados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos.

No entanto, os riscos aos quais estamos expostos são monitorados constantemente pelos administradores e consultores jurídicos, a fim de minimizar os impactos que mudanças no cenário macroeconômico, regulação de setores de atuação, entre outros, possam vir a ter sobre as nossas operações e resultados.

Emissor

Com relação aos processos de contaminação por metais pesados de Santo Amaro da Purificação, BA, a expectativa da Companhia é de que não deve ter novos processos.

Com relação aos processos que tramitam nas varas federais da justiça federal na subseção de Salvador, BA, a expectativa da Companhia é de que não haja aumento no volume de processos e a tendência é a da extinção dos mesmos.

Com relação aos processos ambientais em Apiaí, SP, São Lourenço da Serra, SP, e Santo Amaro da Purificação, BA, a Companhia vem recuperando as áreas afetadas com a ação de consultoria ambiental contratada.

Com relação aos processos que tramitam na comarca de Bocaiúva do Sul, PR, há expectativa de aumento no volume de processos, conforme item 4.4 deste formulário.

O prédio destinado à locação possui seguro contra incêndio.

A Companhia está adequada a nova lei sobre LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), conforme Política de Privacidade e Proteção de Dados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Navegação Aliança Ltda.

Recentemente a empresa ampliou a sua capacidade estática, com ganhos de produtividade através da utilização de comboios (chatas e empurradores). Desta forma, a empresa pode ofertar uma tarifa mais competitiva em relação aos seus concorrentes e demais modais de transporte.

Com relação à escassez de mão de obra embarcada, a empresa procura manter a política de salários atrativos em relação ao mercado, inclusive com o Programa de Participação nos Resultados (PPR) estabelecido anualmente em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

A empresa possui apólice de seguro contra terceiros e responsabilidade civil P&I (*Protection and Indemnity*), cuja cobertura abrange danos a objetos fixos ou flutuantes, bem como apólice de seguro para mercadorias transportadas. Com relação aos riscos cibernéticos, a empresa está readequando a sua estrutura de tecnologia, focando em segurança da informação, baseada nas melhores práticas atuais reconhecidas no mercado. De forma geral, a estratégia contempla a realização de ações em nível de pessoas, processos, sistemas e infraestrutura.

A Companhia implementou uma nova Política de Segurança das Informações Digitais, cujo objetivo é reforçar a conscientização dos colaboradores quanto às normas de segurança adotadas pela empresa, através de informações atualizadas sobre riscos, vulnerabilidades e tipos de ataques cibernéticos.

Há mais de um ano, a empresa conta com um processo de backup na nuvem, que garante a possibilidade de restauração completa dos sistemas e arquivos da Companhia. Esse backup acontece diariamente e, para os itens mais críticos, são realizadas várias cópias durante o dia.

Foi implementado um sistema de autenticação de múltiplos fatores, que consiste na utilização de um *token* (números aleatórios), além do usuário e senha, para os colaboradores conectarem na rede da empresa através de acesso externo. Medida essencial para a proteção das informações, principalmente no ambiente home office.

Em relação ao antivírus, a empresa utiliza umas das melhores soluções do mercado. Além da proteção tradicional presente nesse tipo de software, esse sistema possui alertas em tempo real para o setor de TI, controle para mídias removíveis e recursos de inteligência artificial online, fundamental para lidar com o volume crescente de ameaças.

Alinhada com as tendências do mercado em relação à segurança da informação, a Trevisa e a controlada Navegação Aliança implementaram projeto de migração da sua infraestrutura de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

TI para a nuvem. O objetivo é elevar os níveis de resiliência do negócio e garantir a alta disponibilidade dos recursos, devido aos mecanismos avançados que o ambiente em nuvem oferece em relação ao *cyber* risco. Nesse ambiente, a prevenção dos riscos e a sua mitigação, a gestão dos recursos e a recuperação de desastres se tornam muito mais eficazes em comparação à infraestrutura tradicional.

Além disso, a Trevisa mantém parceria com uma empresa de tecnologia especializada em infraestrutura e segurança, para a melhoria contínua de todos os outros itens de natureza técnica dentro o ambiente de TI da Companhia.

A Controlada Navegação Aliança Ltda implantou as seguintes práticas para mitigar ou controlar os riscos:

- **Risco - Ocorrências de acidente de trabalho com morte ou lesão permanente:**

1. Equipe de SESMT com um dimensionamento adequado para treinar, orientar e fiscalizar atividades dos colaboradores e terceiros;
2. Procedimentos e Políticas de segurança e saúde do trabalho:
 - PO-SST-001 - Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional;
 - PO-SST-002 - Gerenciamento dos GSSTB;
 - PO-SST-003 - Identificação, Avaliação e Controle de Riscos;
 - PO-SST-004 - Inspeções de Segurança;
 - PO-SST-005 - Normas e Procedimentos de Segurança do Trabalho;
 - PO-SST-006 - Procedimento de Acesso a Terminais;
 - PO-SST-007 - Procedimento de Entrada e Trabalho em Espaço Confinado;
 - PO-SST-008 - Procedimento de Critérios de Contratação e Gestão de Fornecedores.
 - PO-SST-009 - Tratamento de Acidentes e Incidentes;
 - PO-SST-012 - Construção, Reparação e Desmontagem Naval;
 - PO-SST-013 - Gerenciamento de Produtos Químicos;
 - PO-SST-015 - Medidas de Controle na Saúde do Trabalhador;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

3. Programas de segurança, saúde e qualidade de vida:

- PR-NAL-001 Programa de Prevenção ao Uso de Álcool e Drogas;
- PR-NAL-002 Programa 24 x 7;
- PR-NAL-003 PROAT - Programa Antitabagismo;
- PR-NAL-004 Programa de Inserção de PCD;
- PR-NAL-005- PROGEST – Programa de Cuidados às Gestantes.

4. Plano de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios.

- **Risco - Não respeitar os direitos humanos dos colaboradores e prestadores de serviço.**

1. Procedimento de critérios de contratação e gestão de fornecedores;
2. Fiscalização das atividades dos prestadores de serviço;
3. Auditoria de segurança, saúde e direitos humanos com prestadores de serviço;
4. Cláusulas contratuais de itens socioambientais;
5. Código de Ética e Conduta;
6. Plano de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios.

- **Risco - Derramamento de óleo em rios e lagoas:**

1. PAE – Plano de Atendimento a Emergências;
2. Plano de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios.

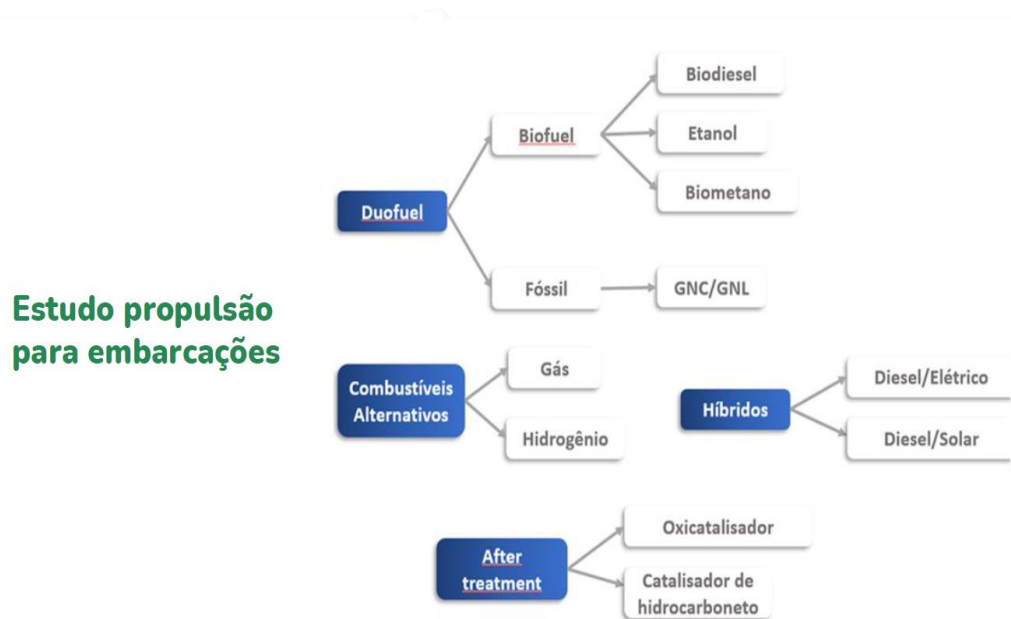
- **Risco - Tratamento inadequado de efluentes líquidos:**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

1. Plano de Adequação e Instalação de Estações de Tratamento até 2025;
2. Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva das Estações de Tratamento;
3. Realização de Análise de Efluentes Gerados.

- **Riscos Climáticos de Transição:**

1. Estudo de investimento em inovações e novas tecnologias que possibilitem redução de emissões de GEE (Gases do efeito Estufa) das operações da Companhia.



b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos.

ii. os instrumentos utilizados para proteção:

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles:

O sistema de controles internos foi desenvolvido e elaborado para garantir de forma confiável a geração dos relatórios financeiros, e assim, a preparação das demonstrações contábeis para divulgação externa. A Administração é responsável pelos controles internos, assim como a correta adequação para geração dos relatórios financeiros.

A Companhia trabalha com orçamento anual que é acompanhado mensalmente pelo Conselho de Administração. Qualquer desvio em relação ao realizado é justificado pela Diretoria.

A controlada Navegação Aliança possui um sistema de indicadores de desempenho que é monitorado pela Diretoria e pelos gestores das respectivas áreas.

b. Estruturas organizacionais envolvidas:

A Diretoria de Relações com Investidores, principal área responsável pelas demonstrações contábeis, conta com a contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de práticas de controle interno condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

c. Supervisão da administração do emissor em relação à eficiência dos controles internos:

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela revisão dos controles internos adotados, que garantam a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações contábeis para divulgação externa, de forma que todos os aspectos relevantes sejam confiáveis.

5.2 Descrição dos controles internos

d. Deficiência e recomendação sobre controles internos presentes no relatório emitido pelo auditor independente:

Anualmente os nossos auditores externos realizam revisões nos controles internos, cujo relatório é discutido com os responsáveis. Eventuais pontos de auditoria com sugestões de melhoria são acatados e implementados pela empresa.

e. Comentário dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

A Administração concorda com o relatório emitido pelo Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas quanto aos mesmos. É um relatório destinado a aprimorar os procedimentos de controles internos e contábeis, contendo recomendações que visam a melhoria contínua da Companhia.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O emissor informa que não tem relacionamento comercial relevante com órgãos públicos nacionais e estrangeiros. Os clientes, fornecedores e prestadores de serviços do emissor e das suas controladas são em sua grande maioria empresas privadas.

A sua principal controlada Navegação Aliança Ltda. possui Código de Ética e Conduta que norteia o comportamento dos seus colaboradores, dirigentes e demais partes interessadas. Em 2023, por ocasião do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia implementou Políticas de Compliance e Anticorrupção.

Descrevemos a seguir alguns tópicos do referido Código de Ética e Conduta:

- *A conduzir seus negócios com transparência e integridade, cultivando a credibilidade junto a seus acionistas, diretoria, colaboradores, fornecedores, clientes, consumidores, poder público, imprensa, comunidades onde atua e sociedade em geral, buscando alcançar crescimento e rentabilidade com responsabilidade social e ambiental.*
- *Censurar e repudiar, veementemente, qualquer gesto, ato ou conduta contrários ao espírito deste Código de Ética e Conduta e à moralidade da empresa, que direta ou indiretamente, possam caracterizar assédio, tendo conotação moral ou sexual, que resulte em comportamentos abusivos, tais como: Insinuações, Intimidações, Ameaças, Induzimentos, Constrangimentos, Ultrajes, ou seja, qualquer prática, dolosa ou não, que gere um ambiente de trabalho hostil, intimidante, humilhante, degradante e ofensivo, afetando a dignidade ou o bem-estar fisiológico e psicológico de qualquer colaborador.*
- *Garantir que nenhum colaborador, ou potencial empregado, seja alvo de posturas e tratamentos discriminatórios em consequência de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero,*

5.3 Programa de integridade

orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação individual.

- *Não toleramos a prática de atos lesivos à administração pública, seja nacional ou estrangeira, em especial o suborno direto ou indireto de agentes públicos para obtenção de qualquer tipo de vantagem indevida, entre outras irregularidades por quaisquer fornecedores contratados ou subcontratados. É responsabilidade de todos os colaboradores relatar quaisquer comportamentos ilegais, não éticos ou inadequados em processos de escolha, cotação ou aquisição de bens e serviços ao Comitê de Ética, através dos canais disponíveis.*
- *Todos os negócios realizados com nossos fornecedores devem ser realizados de forma ética e observar a legislação e demais normas aplicáveis, em particular a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto nº 11.129/2022: cujas disposições devem ser observadas como se integrassem este Código de Ética e Conduta.*
- *Este Código é aplicável em sua totalidade aos membros do Conselho de Administração, Diretores Executivos, funcionários, estagiários, temporários e terceirizados (em conjunto denominados “colaboradores”), bem como em todos os relacionamentos estabelecidos com clientes, fornecedores, sindicatos, comunidades, governo, sociedade, meios de comunicação e outros mencionados neste Código.*

- I. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

As diretrizes estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta são supervisionadas pela diretoria, que analisa as questões divergentes e/ou cujas diretrizes não estejam previstas no código, bem como recomendar ações que envolvam essa matéria. O Código de Ética e Conduta é submetido a revisões periódicas e está disponível para consulta no sistema de gestão da empresa, com o acesso de todos os colaboradores bem como no site da Companhia.

- II. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui um Comitê de Ética e Conduta com a finalidade de analisar eventuais desvios de conduta na empresa. Foram criados também canais para recebimento de denúncias através de caixa postal, telefone 0800 e endereço de e-mail amplamente divulgado aos colaboradores e terceiros.

III. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Controlada Navegação Aliança Ltda. possui, desde 2009, Código de Ética e Conduta aprovado pela administração.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética e Conduta abrange a diretoria, os ocupantes de cargos de gestão, os colaboradores e os prestadores de serviços, constituindo compromisso individual e coletivo de todos o seu cumprimento.

- com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A prática da Companhia é entregar o Código de Ética e Conduta impresso para ciência do seu conteúdo e eventual consulta para cada colaborador ou pessoa interessada, além de estar disponível no sistema de gestão e no site da Companhia.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O descumprimento dos princípios e compromissos expressos poderá implicar na adoção de medidas disciplinares.

5.3 Programa de integridade

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Código de Ética e Conduta da controlada Navegação Aliança Ltda. foi aprovado pela diretoria em 2009 e revisado recentemente por ocasião do Relatório de Sustentabilidade 2022.

Canais de consulta:

- Público Interno: sistema de gestão da qualidade da controlada e site da Companhia
- Público Externo: site da Companhia.

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

Eventuais denúncias relativas ao Código de Ética e Conduta são tratadas internamente através do Comitê de Ética.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O recebimento de denúncias pode ocorrer através dos seguintes canais:

E-mail: contatocodigodeetica@trevisa.com.br

[Caixa Postal 4302 – CEP 90110-970](#)

[Fone 0800 800 1198](#)

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

A Companhia informa que não possui mecanismo formal de anonimato e proteção a denunciante. No entanto, mesmo denúncias anônimas são analisadas pelo Comitê de Ética.

5.3 Programa de integridade

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

Eventuais denúncias são apuradas pelo Comitê de Ética.

- c. Números de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas:**

A Companhia não teve nenhum caso de desvio, fraude, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:**

A Companhia não possui relacionamento comercial relevante com órgãos públicos nacionais e estrangeiros. Mesmo assim, por ocasião do Relatório de Sustentabilidade 2022, foram elaboradas as Políticas de Compliance e Anticorrupção.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

A Companhia informa que, em relação aos últimos exercícios sociais, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia informa que não há outras informações relevantes referente a este item.